

Sumário

Prefácio da 1ª Edição	xiii
Apresentação (da primeira edição)	xvii
Apresentação (da segunda edição)	xix
Introdução	1
Capítulo 1 – O Aparecimento e o Desenvolvimento do Conceito de Ação Como Ponto de Referência da Dogmática Jurídico Penal.....	3
1.1. Origens do Conceito de Ação Como Base da Teoria do Delito	3
1.2. Visão Causal-Naturalista do Conceito Jurídico Penal de Ação	6
1.3. A Influência Neokantiana	11
1.4. O Finalismo	15
1.5. O Conceito Social de Ação.....	25
1.5.1. Linhas Gerais.....	25
1.5.2. Crítica	30
1.6. A Polêmica entre Causalismo e Finalismo. A Hipervaloração do Conceito de Ação no Direito Penal.....	35
1.6.1. Generalidades.....	35
1.6.2. Os Principais Pontos da Discussão entre Causalismo e Finalismo	36
1.6.2.1. Os Conflitos de Base. Fundamentos	36
1.6.2.2. Os Conflitos Dogmáticos. Efeitos	38
1.6.3. Coincidências entre Causalismo e Finalismo	43
1.6.4. Os Avanços Dogmáticos. O Fruto das Discussões entre Causalistas e Finalistas	44

1.7. As Funções Estabelecidas para o Conceito de Ação. Uma Excessiva Pretensão de sua Capacidade de Rendimento	45
1.7.1. Generalidades.....	46
1.7.2. Função de Classificação ou de Unificação (o Elemento Básico).....	48
1.7.3. Função de Definição.....	49
1.7.4. Função de Enlace ou União	51
1.7.5. Função de Definição ou de Delimitação (Função Negativa)	52
1.8. A Estruturação da Teoria do Delito Tendo por Base o Conceito de Ação.....	53
Capítulo 2 – A Superação das Proposições Dogmáticas Baseadas em Critérios Ontológicos	67
2.1. Crítica ao Isolamento Dogmático Jurídico-Penal	68
2.1.1. Os Riscos de uma Dogmática Neutra	72
2.1.2. Dogmática Neutra ou Complacente?	73
2.1.3. A inevitável Conotação Político-Criminal da Dogmática Jurídico-Penal	74
2.2. O Renascimento da Política Criminal no Seio da Proposta Funcionalista	75
2.2.1. A Superação das Bases Sistemáticas do Finalismo..	75
2.2.2. A Proposta Funcionalista de Integração entre a Dogmática e Política Criminal.....	78
2.2.3. A Superação do Finalismo como Sistema Dogmático-Penal	79
2.2.3.1. Ação Finalista Delito Imprudente	81
2.2.3.2. Ação Finalista Delito Omissivo	84
2.2.3.3. Crítica à Validade da Base Ontológica do Conceito Finalista de Ação	86
2.3. Crítica à Excessiva Importância do Conceito de Ação para Teoria do Delito.....	91
2.3.1. Fundamentos.....	91
2.3.2. Conceito Plural de Ação.....	94
2.3.3. A Capacidade Efetiva de Rendimento do Conceito Jurídico-Penal de Ação	98

2.3.3.1. O Rechace da Chamada Função de Clas- sificação	100
2.3.3.2. O Rechace da Função de Definição.....	102
2.3.3.3. O Rechace da Chamada Função de En- lace.....	103
2.3.3.4. A Preservação da Função Negativa da Ação.....	104
Capítulo 3 – Principais Direções de Estudo da Ação no Pe- ríodo Pós-Finalismo	107
3.1. O Conceito Negativo de Ação.....	107
3.1.1. Linhas Gerais.....	107
3.1.2. Críticas.....	110
3.2. A Ação como Elemento de Segundo Nível na Teoria do Delito	112
3.2.1. A Situação do Problema em Sede de Tipicidade ..	113
3.2.1.1. Linhas Gerais	113
3.2.1.2. Críticas	116
3.2.2. A Colocação do Problema em Sede de Antijuri- didade	118
3.2.2.1. Linhas Gerais	118
3.2.2.2. Críticas	121
3.3. A Ação Integrada ao Outros Elementos do Delito	122
3.3.1. Ação Típica	122
3.3.1.2. Críticas	126
3.3.2. A Ação como Fenômeno Total (ou Global)	127
3.3.2.1. Linhas Gerais	127
3.3.2.2. Crítica.....	132
3.4. Conceito Personalista de Ação.....	135
3.4.1. Linhas Gerais.....	135
3.4.2. Crítica	138
Capítulo 4 – Conceito Significativo de Ação	143
4.1. Considerações Gerais	143
4.2. Fundamentos Metodológicos	145
4.2.1. A Mudança de Referencial Filosófico	145
4.2.2. Relações entre Metodologia, Função do Direito Penal e o Conceito Significativo de Ação	154

4.3.	Fundamentos Político-Criminais.....	160
4.3.1.	O Moderno Direito Penal e a Correta Concepção de Estado Social e Democrático de Direito.....	161
4.3.2.	O Controle Social como “Significado” da Ação e sua Incompatibilidade com o “Sentido” da Ação no Funcionalismo Sistemico	170
4.3.3.	O Sistema Jurídico-Penal Garantista Derivado da Adoção do Conceito Significativo de Ação.....	173
4.4.	Expressão Dogmática	175
4.4.1.	Ação Significativa como Produto do Desenvolvimento da Teoria do Delito	175
4.4.2.	Os Eixos do Sistema Penal	184
4.4.2.1.	A Doutrina da Ação.....	189
4.4.2.2.	A Teoria da Norma.....	194
4.4.2.3.	A Liberdade de Ação.....	198
4.4.3.	Esboço do Modelo Significativo de Organização da Teoria do Delito	202
4.4.4.	A Posição do Conceito de Ação na Teoria Geral do Delito. A Proposta do Tipo de Ação.....	212
4.4.5.	O Conteúdo do Tipo de Ação	214
4.4.6.	Perspectivas da Adoção do “Significado” como Referência para Teoria do Delito.....	221
4.5.	A Função Dogmática Negativa do Conceito de Ação (a Ausência de Ação), a partir de uma Concepção Significativa.....	223
4.5.1.	A Ausência de Ação (e do Tipo de Ação)	223
4.5.2.	Atuações de Animais	225
4.5.3.	Processos da Vida Psíquica Interna	226
4.5.4.	Atos Reflexos e Ações Rotineiras	228
4.5.5.	Atos Realizados em Estado de Inconsciência.....	236
4.5.6.	Atos Realizados sob Força Irresistível.....	239
	Bibliografia	243